

identificados por placas especiais previstas pelo parágrafo único do artigo 95 do RCNT, com a redação dada pelo Decreto nº 66.433/70, objeto da Resolução nº 437/70. Telex nº 162/81, DETRAN-PR. Assunto: solicita autorização para continuar a registrar e licenciar veículos de carga com adaptação do 3º eixo. O Sr. Presidente esclarece que a adaptação do 3º eixo está permitida pela Resolução nº 537/67, alterada pela Resolução nº 539/67, do CDI/MIC e que, desconhece qualquer proibição de registro e licenciamento desses veículos. O Colegiado entende que os DETRANS devem continuar o procedimento anteriormente adotado para esse licenciamento, até que o órgão normativo manifeste em contrário, recomendando nestes termos responder ao consulente. ORDEM DO DIA. Processo nº 445/76, com o expediente nº 032/81 da Indústria VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A. Assunto: Autorização para utilização de placa fabricada com POLIESTER para indicar a TARA e a LOTAÇÃO de veículos. Relator: Conselheiro Erico Lopes. O Sr. Presidente esclarece que o assunto está contido na Resolução nº 562/80, sem especificar a natureza do material constitutivo e a forma de sua afixação, concluindo o seu parecer pelo atendimento do pedido. Discussão: manifestaram-se os Senhores Conselheiros Gonçalo Rafael Dângelo, Carlos Brito, Inaldo Noronha, Armando Menezes, Joaquim Machado de Mello Júnior, Hetty Rossi e Celso Murta. Decisão: pela aprovação do parecer. Processo nº 43519/80, DETRAN-SP - Assunto: recurso interposto pelo condutor Vladimir Menezes contra ato da autoridade de trânsito que lhe cassara a CNH. Relator: Conselheiro Walmores Barbosa que esclarece que o assunto está contido na Resolução nº 564/80, sendo desnecessária norma específica com essa finalidade. Decisão: com a concordância do Relator, o Plenário manifestou-se pela necessidade de outra Resolução. Processo nº 2028/81, Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas-SP. Assunto: solicita providências para evitar que veículos roubados sejam contrabandeados para o Paraguai. Relator: Walmores Barbosa, que esclarece tratar-se de assunto que foge à competência do CONTRAN e que o Sr. Diretor Geral do DPF informa haver na área, permanente fiscalização, integrada com os órgãos de segurança ali sediados. Decisão: pela aprovação do parecer, à unanimidade, para instrução do processo ao Sr. Ministro da Justiça, a quem é dirigido o expediente. Ofício nº 189/81 DETRAN-DF. Assunto: habilitação de portadores de discromatopsia. Relator: Sr. Conselheiro Gonçalo Rafael Dângelo que esclarece estar o assunto contido no artigo 4º do Anexo III da Resolução nº 564/80, propondo diante das ponderações do Sr. Diretor Geral do DETRAN-DF, que se lhe dê a seguinte redação: "Os examinadores portadores de discromatopsia, poderão ser considerados aptos à condução de veículos automotores de qualquer categoria, desde que apresentem as cores básicas da sinalização de trânsito em testes realizados com lanternas luminosas, dispostas ou não na posição apresentada pelos semáforos, satisfeitas as demais condições." Discussão: não houve manifestação. Decisão: pela aprovação à unanimidade, do parecer dando-se conhecimento, preliminarmente, aos DETRANS. Aprovada a presente Ata vai assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretário.

ENGº CELSO CLARO HORTA MURTA
Presidente.

ENGº CELSO CLARO HORTA MURTA
Presidente.

WALTER MALAQUIAS PRATA
Secretário

WALTER MALAQUIAS PRATA
Secretário

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 9ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL
DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM
16 DE MARÇO DE 1981.

Às nove horas do dia dezesseis de março de um mil novecentos e oitenta e um, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária - CNPP, no quarto andar do Edifício Sede do Ministério da Justiça, Sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI, ANTÔNIO ZAPPALÁ, JASON SOARES ALBERGARIA, EVERARDO DA CUNHA LUNA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, ABELARDO DE ARAUJO JUREMA e NABOR CESAR SIQUEIRA. Presentes, ainda a esta reunião, o Senhor Diretor-Geral do DEPEN e o Professor MIGUEL REALE JÚNIOR. Aberta a Sessão o Senhor Presidente submeteu a 8ª Ata do CNPP à aprovação do Colegiado. Em assuntos gerais, o Senhor Presidente informou ao Plenário das atividades desenvolvidas pelo CNPP no período compreendido entre treze de fevereiro a dezesseis de março de um mil e novecentos e oitenta e um, a seguir discriminadas: 1) através da Secretaria deste Conselho, a Coordenação das Comissões Revisoras do Sistema Criminal Brasileiro expediu correspondência circular a todas as entidades e autoridades jurídico-social afins com o referido Sistema, solicitando subsídios para a prevista Lei de Execuções Penais; 2) Prosseguindo aos objetivos determinados pelo Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça, quanto à conclusão da reforma parcial do Sistema Criminal Brasileiro, (tendo em vista o término da revisão dos anteprojetos de Código Penal e de Processo), foram determinadas pelo Senhor Presidente do CNPP, providências no sentido de que a Coordenação da Comissão incumbida da elaboração da Lei de Execuções Penais promovesse reuniões em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. 3) Através do Ofício-CNPP nº 19/81, dirigido à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, o Senhor Presidente credenciou o Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI para a finalidade de visitar a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, objetivando o conhecimento de seu funcionamento e possivelmente o aproveitamento da iniciativa para futuras expansões. 4) Instruído pelo Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, os processos referentes, o primeiro, à cooperação técnica a ser obtida dos Governos Japonês, Alemão e Francês, e, segundo, ao Projeto "Veiculação Audiovisual de Ensino Aprendizagem, da síntese da instrução em questão o Senhor Relator observou que do constante do primeiro processo, apenas a cooperação do Governo Francês poderia ser aproveitada, tendo em vista que a matéria referente à cooperação Japonesa e Alemã chegou ao CNPP com o prazo vencido. Sugeriu finalmente que os processos referidos retornassem ao DEPEN, para as providências necessárias e que fossem considerados os Pareceres emitidos pelo Senhor Diretor do Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal daquele Departamento. A ORDEM DO DIA versou sobre os seguintes assuntos: 1) Exposição sobre o andamento da revisão do Sistema Criminal Brasileiro e mais especificamente sobre a Lei de Execução Penal, apresentada pelo Senhor Coordenador-Geral das Comissões, Professor FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, que iniciou dizendo: "No momento em que esta Comissão alcança os primeiros frutos de seu trabalho que já se prolonga por dez meses, não poderia deixar de registrar agora, nesta exposição, o nosso apreço e os mais vivos agradecimentos ao Senhor Presidente do CNPP, DR. PIO SOARES CANEDO, extensivos também àquela que tem sido o nosso braço direito, Dra. LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA, por todo apoio e desempenho aos objetivos pretendidos e levados a efeito pela Comissão". Prosseguindo, o expositor passou a informar que como deveria ser do conhecimento do CNPP, os trabalhos de reforma do Código Penal já estavam publicados e lançados ao mundo jurídico brasileiro, objetivando, cada vez mais, o seu aprimoramento. Com relação ao Código de Processo, informou que está integralmente concluído. E, ainda, por determinação do Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça, IBRAHIM ABI-ACKEL, o referido texto do Código de Processo obteve lúcidas revisões dos eminentes Professores AI